



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA – DGP
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA – BAP/EAD**



JOÃO FÉLIX DE ALMEIDA NETO

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: Um estudo preliminar do Curso de
Administração Pública da UFPB**

Orientadora: Dra. Carla Calixto da Silva

**JOÃO PESSOA - PB
2024**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA – DGP
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – BAP/EAD

JOÃO FÉLIX DE ALMEIDA NETO

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: Um estudo preliminar do Curso de
Administração Pública da UFPB**

Trabalho de Conclusão de Curso em
formato de Artigo Científico apresentado
ao Curso de Bacharelado em
Administração Pública como requisito
parcial para obtenção do título de
Bacharelado em Administração Pública.

Orientadora: Dra. Carla Calixto da Silva

JOÃO PESSOA – PB

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A447e Almeida Neto, João Félix de.

Educação a distância no Brasil: um estudo preliminar
do curso de Administração Pública da UFPB / João Félix
de Almeida Neto. - João Pessoa, 2024.
44 f.

Orientação: Carla Calixto da Silva.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Educação a distância. 2. Administração Pública.
3. Políticas Públicas. I. Silva, Carla Calixto da. II.
Título.

UFPB/CCSA

CDU 35

JOÃO FÉLIX DE ALMEIDA NETO

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: Um estudo preliminar do Curso de
Administração Pública da UFPB**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Curso de Administração Pública da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do grau de graduado, sob a avaliação da seguinte banca examinadora:

Professor(a) Dra. Allyne de Almeida Ferreira
Examinador (a)



Documento assinado digitalmente

CARLA CALIXTO DA SILVA

Data: 09/12/2024 07:44:25-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor(a) Dra. Carla Calixto da Silva
Orientador(a)

João Pessoa, 29 de novembro de 2024.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela sua infinita bondade para comigo, que nunca me desamparou em meio a tantas tribulações que já passei e que me fizeram crescer e chegar até aqui, no encerramento de um ciclo tão importante para mim, me preparando para assumir o seu propósito em minha vida.

Agradeço a Deus pela minha esposa, Gracielle Maciel dos Santos, uma mulher de fibra, exemplo de força, garra, humildade, determinação, fé e perseverança, minha principal fonte de inspiração e referência, um ser incrível que me ensinou e que continua me ensinando tanto ao longo dos nossos 16 anos de matrimônio, agradeço a Deus pela sua vida, e por tê-la ao meu lado. A pessoa que me ajudou a dar o primeiro passo no desenvolvimento deste trabalho, a quebrar o bloqueio que havia e que sem ela nada disso seria possível.

Sou grato a Deus pelas minhas filhas Evellyn Caroline Félix Maciel (primogênita de 15 anos), um ser de luz, uma menina meiga, estudiosa, justa, obediente, que segue os desígnios de Deus e que só nos traz orgulho, e a minha pequena Júlia Beatriz Félix Maciel (2 anos e meio), a alegria da nossa casa, o nosso pequeno milagre, a nossa pimentinha, dona de uma inteligência e desenvoltura inimagináveis. As três mulheres da minha vida, pela qual existo (Esposa e filhas).

Agradeço aos meus pais José Geraldo da Silva e Maria Rosângela de Almeida Silva, que convivem em matrimônio a mais de 43 anos, pessoas guerreiras, íntegras, inteligentes e trabalhadoras, que ensinou desde cedo, a mim e aos meus irmãos, o valor e a necessidade da educação, do trabalho, da justiça, do respeito ao próximo, nos educando com tanto amor e carinho e que hoje esses valores estão intrínsecos em cada um dos seus filhos, e vão perpassando gerações.

Sou grato a Deus pelo meu irmão Rodrigo César de Almeida Silva, uma pessoa iluminada, altruísta e perspicaz que sempre me apoiou, me incentivou e me cobrou para que eu concluísse esta graduação.

Agradeço a Deus pela vida da minha cunhada, Profa. Mestra Aglaucibelly Maciel Barbosa, que como um anjo, apareceu nesta etapa final da minha graduação, me coorientando, me acalmando, me trazendo para a realidade, de forma leve e tranquila com toda a sua inteligência e seu semblante de paz.

Por fim, agradeço à minha orientadora Profa. Doutora Carla Calixto da Silva, que me ajuda pela segunda vez nesta disciplina, que aceitou novo convite, e que não desistiu de mim.

RESUMO

O objetivo geral do presente estudo visa analisar como as estratégias pedagógicas e as metodologias de ensino influenciam na implementação da EAD e na formação de profissionais da área de administração pública na UFPB no período de 2013 a 2023. Em específico, pretende-se: a) comparar as estratégias pedagógicas e metodologias de ensino entre os cursos de bacharelado em administração pública da Paraíba, Bahia e Santa Catarina entre 2013 e 2023; b) analisar os fluxos de alunos no curso de Administração Pública da UFPB, a partir de relatórios sobre ingressos, retenções, egressos, com o objetivo de compreender os fatores que influenciam a permanência e o sucesso dos estudantes na modalidade a distância. e, c) analisar os dados de ingresso, cancelamento, trancamento e integralização realizados pelos alunos da modalidade EAD. Para tanto, utilizou-se como referencial teórico uma revisão da literatura sobre a educação a distância no Brasil, as políticas públicas utilizadas para a dessocialização da EAD, bem como, ações do Ministério da Educação (MEC) para mensurar a qualidade do ensino a distância. A metodologia adotada na pesquisa segue uma abordagem qualitativa e exploratória através de bibliografias, relatórios e dados pertinente sobre o tema, de natureza descritiva e analítica. Os resultados encontrados indicam que no curso de Administração Pública – EAD da UFPB é adotada uma abordagem pedagógica eficaz, mas enfrenta desafios relacionados à infraestrutura e ao suporte contínuo ao aluno. As taxas de evasão e retenção indicam a necessidade de melhorias nas estratégias de apoio acadêmico e na experiência do estudante. Estudos futuros devem explorar fatores externos e estratégias de apoio acadêmico.

Palavras-chave: Educação à distância, Administração Pública, Políticas Públicas, UFPB.

ABSTRACT

Distance Education (EAD) is a teaching modality that has been consolidated in Brazil as an effective alternative to expand access to higher education, especially in regions with geographic, structural, and financial limitations. Thus, this study on distance education and the role of educational policies, focused on the public administration course, seeks to analyze in general how pedagogical strategies and teaching methodologies impact the implementation of EAD and the training of professionals in the area of public administration at UFPB in the period from 2013 to 2023. Specifically, it aims to: a) compare the pedagogical strategies and teaching methodologies between the BAPs of Paraíba, Bahia, and Santa Catarina adopted in the Public Administration course at UFPB between 2013 and 2023; b) analyze the flow of students in the Public Administration course at UFPB, based on reports on admissions, retentions, and graduates, with the objective of understanding the factors that influence the permanence and success of students in the distance modality; and, c) analyze the data on admission, cancellation, suspension and completion of courses by students in the distance learning modality. To this end, a review of the literature on distance education in Brazil, the public policies used to desocialize distance learning, as well as actions by the Ministry of Education (MEC) to measure the quality of distance learning were used as a theoretical framework. The methodology adopted in the research follows a qualitative and exploratory approach through bibliographies, reports and pertinent data on the subject, of a descriptive and analytical nature. The results found indicate that the Public Administration – Distance Learning course at UFPB adopts an effective pedagogical approach, but faces challenges related to infrastructure and ongoing student support. Dropout and retention rates indicate the need for improvements in academic support strategies and in the student experience. Future studies should explore external factors and academic support strategies.

Keywords: Distance education, Public Administration, Public Policies, UFPB.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
2.1 Educação a Distância EAD no Brasil	11
2.2 Políticas Públicas Educacionais a Distância	15
2.3 Cursos de Administração Pública EAD no Brasil e na UFPB.....	18
2.4 Referencial de Qualidade para a Educação a distância do Ministério da Educação.....	21
2.5 Breve revisão da literatura.....	22
3 METODOLOGIA.....	24
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	25
4.1 Análises das percepções dos discentes e docentes no curso de Administração Pública na UFPB.....	25
4.2 Análises dos dados Ingressos no curso de Administração Pública na UFPB	25
4.3 Análise das estratégias pedagógicas e perfis dos estudantes.....	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o cenário educacional global passou por profundas transformações, impulsionadas pelo avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) (Palanci; Yilmaz; Turan, 2024). A digitalização e a popularização da internet redefiniram a produção, disseminação e consumo de conhecimento, criando oportunidades de acesso ao ensino e, sobretudo, fortalecendo a Educação a Distância (EAD) (Zinchenko *et al.*, 2024). Esse novo paradigma educacional foi catalisado pela demanda da sociedade contemporânea por flexibilidade e acessibilidade, oferecendo uma alternativa viável para milhões de pessoas ao redor do mundo.

Inicialmente, o EAD foi visto como uma solução emergencial para ampliar o acesso à educação em regiões remotas, onde as instituições de ensino presencial eram escassas (Segbenya *et al.*, 2024). Com o desenvolvimento das tecnologias e o aprimoramento das ferramentas educacionais, a EAD se consolidou como uma modalidade central nos sistemas educacionais de muitos países, tanto os desenvolvidos quanto em desenvolvimento (došler; zidarič; skubic, 2023). Além disso, crises econômicas e a rápida evolução das demandas tecnológicas no mercado de trabalho contribuíram para a expansão dessa modalidade (Kuo *et al.*, 2023), que ganhou credibilidade à medida que grandes instituições de ensino, como Harvard e MIT, passaram a oferecer cursos online a partir de 2012.

A pandemia da COVID-19 em 2020, acelerou ainda mais a adoção da EAD, tornando-se uma ferramenta indispensável para a continuidade dos estudos em todos os níveis educacionais (Ciftci; Gok; Karadag, 2023). A rápida transição para o ensino remoto forçou governos e instituições a investir massivamente em políticas educacionais voltadas a tecnologias digitais e plataformas de aprendizado, resultando em uma inovação pedagógica sem precedentes (Villalobos; Garza; Escorza, 2023). Além disso, o crescimento da EAD está diretamente relacionado ao seu papel no combate às desigualdades educacionais, ao facilitar o acesso ao ensino superior para populações tradicionalmente excluídas, permitindo o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva e global (Ciftci; Gok; Karadag, 2023).

No Brasil, a EAD está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, como modalidade educacional, conforme prevê os artigos 80 e 81 da referida lei, regulamentado pelo Decreto Federal nº. 5.622, em 19 de dezembro de 2005 (BRASIL, 1996; BRASIL, 2005).

No estado da Paraíba, a implementação da Educação a Distância (EAD) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), teve seu início no segundo semestre de 2007, quando a Universidade passou a integrar o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), através do Decreto N°5800/2006, sendo oficialmente credenciada em agosto de 2008 através da Portaria N° 1.050/2008. Atualmente, a UFPB oferece, na modalidade EAD, dez cursos de graduação (sendo nove deles em licenciatura e um em bacharelado), e cinco cursos de pós-graduação.

A implementação do curso de Administração Pública em 2013 na UFPB, no entanto, não ocorre de maneira específica. Ela é moldada por um conjunto de políticas públicas educacionais que buscam garantir a qualidade do ensino e a formação de cidadãos críticos e competentes para atuar na gestão pública. Essas políticas envolvem desde a capacitação de professores até a estruturação de plataformas digitais e a criação de diretrizes pedagógicas voltadas para a educação à distância.

Considerando a importância do tema e a necessidade de discussão sobre a qualidade do ensino nos cursos a distância, bem como, as políticas públicas utilizadas para oferta, expansão e gestão do curso de administração pública, este trabalho buscou responder a seguinte questão: Como as estratégias pedagógicas e as metodologias de ensino impactam na implementação e na qualidade do ensino a distância no curso de administração pública da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)?

Com base no exposto, este estudo busca analisar como as estratégias pedagógicas e as metodologias de ensino impactam na implementação da EAD e na formação de profissionais da área de administração pública na UFPB no período de 2013 a 2023. Em específico, pretende-se: a) comparar as estratégias pedagógicas e metodologias de ensino entre os BAP-EAD da Paraíba, Bahia e Santa Catarina adotadas no curso de Administração Pública da UFPB entre 2013 e 2023, buscando pontuar diferenças e semelhanças intrínsecas de cada curso, ainda que todos tenham por base o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), b) analisar os fluxos de alunos no curso de Administração Pública da UFPB, a partir de relatórios sobre ingressos, retenções, egressos, com o objetivo de compreender os fatores que influenciam a permanência e o sucesso dos estudantes na modalidade a distância. e, c) analisar os dados de ingresso, cancelamento, trancamento e integralização realizados pelos alunos da modalidade EAD.

Diante esta breve explanação, no tocante a metodologia aplicada neste trabalho, trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva e qualitativa com ênfase no processo educacional do curso de Administração Pública no período de 2013 a 2023, posto que busca elucidar os questionamentos propostos baseando-se em comparativos com outras instituições de ensino e

análise de dados técnicos fornecidos pela coordenação do curso de Administração Pública da UFPB no referido lapso temporal.

O presente estudo visa preencher uma lacuna importante na literatura acadêmica sobre Educação a Distância no Brasil, especialmente em relação aos cursos de Administração Pública, e contribuir desta forma, para uma melhor compreensão de como as políticas públicas podem fortalecer e melhorar a qualidade do ensino à distância. Estudos como os de Pereira, Lehmann e Oliveira (2021), apontam que as TIC desempenham papel vital na democratização do ensino e na melhoria da qualidade do aprendizado. No entanto, no contexto da UFPB, não foi encontrado nenhum trabalho focado exclusivamente no curso de Administração Pública - EAD, o que justifica a necessidade de explorar sua gestão, o perfil dos discentes e o impacto de dos desafios e das estratégias educacionais, especialmente considerando a crescente demanda por formação de administradores públicos.

Para tanto, o trabalho está organizado da seguinte forma: no primeiro momento, tem-se a fundamentação teórica, buscando-se definir o que é EAD no Brasil, identificando os cursos de administração pública e seu papel, as políticas públicas educacionais para o EAD, Referencial de Qualidade para a Educação a Distância e, por fim, uma breve revisão sobre os principais estudos de educação a distância e políticas públicas em EAD. Na terceira seção, descreve-se a metodologia da pesquisa. Na quarta seção apresenta-se os resultados e discussão. Posteriormente, tem-se as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A seção de fundamentação teórica encontra-se em cinco partições. Na primeira seção ocorre a caracterização da Educação a distância – EAD no Brasil, que traz de forma sucinta, um breve histórico da Implementação da Educação a distância no país, por conseguinte, a segunda seção aborda as Políticas Públicas Educacionais a Distância, na terceira seção temos uma abordagem ao curso de Administração Pública no Brasil e na UFPB, na quarta seção trata do Referencial de Qualidade para a Educação a Distância do Ministério da Educação, e por fim, a quinta seção busca fazer uma breve revisão da literatura.

2.1 Educação a Distância – EAD no Brasil

A Educação à Distância no Brasil começou a ser concebida em dezembro de 1999, através do consórcio interuniversitário chamado de UniRede (*Universidade Virtual Pública do*

Brasil), reunindo, nos dias 02 e 03 de dezembro de 1999, 82 instituições de ensino público superior e 7 consórcios regionais, tendo como intuito principal, a democratização do acesso ao ensino superior gratuito, público e de qualidade, através da oferta de cursos de graduação, pós graduação e extensão à distância. (UniRede). Em Julho de 2005, foi instituído o projeto Universidade aberta do Brasil (UAB), tendo por objetivo, em médio e longo prazo, oferecer aos servidores públicos do Brasil acesso à educação superior de forma gratuita. (BRASIL, 2005).

A proposta de educação a distância no Brasil se consolida em 08 de junho de 2006, através da publicação do Decreto N°5.800, que versa sobre a Universidade Aberta do Brasil (UAB), tornando-se um marco histórico nas políticas públicas educacionais (BRASIL, 2006). Coadunando com este marco, a Lei N°11.502, promulgada em 11 de julho de 2007, restabelece a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), concedendo-lhe, de maneira não institucional, uma espécie de referência de qualidade para a educação a distância no Brasil, subsidiando o Ministério da Educação na formulação de políticas públicas para a pós-graduação, fomentando parcerias público-privadas, oferecendo suporte para o preparo de docentes de nível superior além de outros pormenores não menos importantes especificados na íntegra da referida Lei.(BRASIL, 2007).

Impulsionada pela expansão da internet e pela necessidade de atender a uma população cada vez mais crescente e diversificada, a Educação a Distância foi implementado no Brasil nas décadas de 1990 e 2000, (Lima e Oliveira, 2005). No entanto, o marco regulatório para a EAD no Brasil foi estabelecido com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n° 9.394, de 1996, que reconheceu a modalidade EAD no ensino brasileiro.

Por sua vez, em 2005, através do Decreto n° 5.622, os cursos de ensino a distância foram regulamentados no Brasil, estabelecendo diretrizes para a implementação, a oferta e a expansão da modalidade. A partir de 2006, com a divulgação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), criou-se através do governo federal um sistema de parcerias entre universidades públicas e escolas de educação básica para a oferta de cursos de graduação e pós-graduação a distância, visando atender as necessidades de profissionais em regiões mais isoladas.

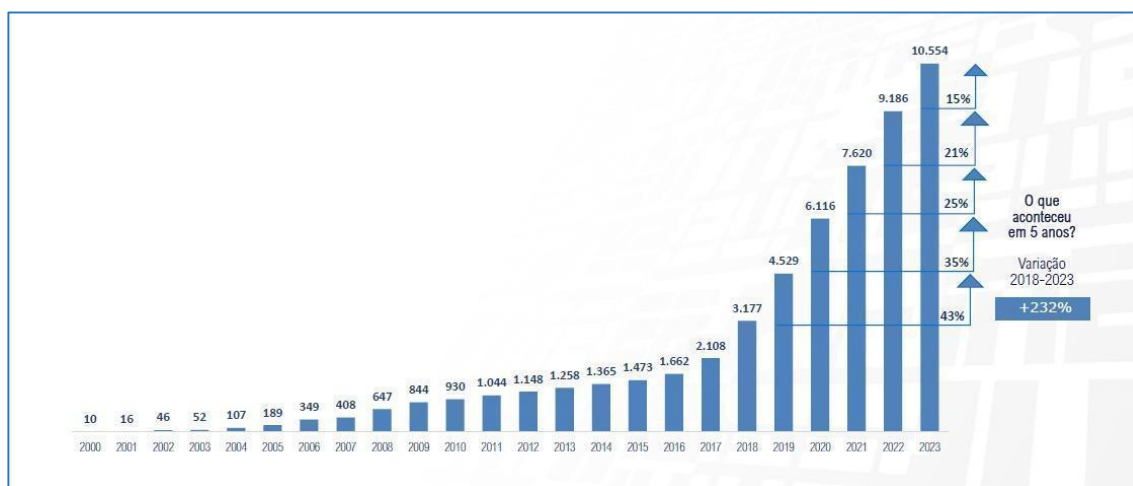
A Educação a Distância (EAD) no Brasil tem apresentado um crescimento significativo nas últimas décadas, sendo impulsionada pelo avanço das TIC e por políticas públicas voltadas à democratização do acesso ao ensino superior. A modalidade EAD surge como uma alternativa eficaz para atender à demanda de regiões afastadas dos grandes centros urbanos, onde o acesso ao ensino presencial é limitado (Barbosa, 2014). Conforme Alves (2011), a concentração de instituições de ensino superior em grandes capitais e polos regionais gera desigualdade no acesso à educação, principalmente para os estudantes das áreas periféricas. Essa disparidade

geográfica é agravada pela ausência de políticas públicas capazes de expandir a rede de ensino presencial para regiões mais distantes, destacando a importância da EAD como uma ferramenta de inclusão educacional.

As limitações do ensino presencial no Brasil se manifestam de diversas formas. A falta de infraestrutura adequada, como a escassez de instituições de ensino e a ausência de transporte acessível para estudantes de áreas rurais e cidades pequenas, é uma das principais barreiras. Além disso, há também o custo associado à manutenção de alunos em grandes centros urbanos, que enfrentam despesas com moradia, transporte e alimentação, dificultando a permanência nos estudos. Esse cenário afeta de forma mais acentuada os estudantes de baixa renda, perpetuando as desigualdades de acesso à educação superior. Outro desafio está relacionado à conciliação de estudos com outras responsabilidades, como trabalho e família, o que se torna inviável para muitos devido à rigidez de horários e à necessidade de presença física nas instituições de ensino (Silva, 2022b).

No Gráfico 01 a seguir, pode-se verificar a evolução do número de cursos de graduação a distância no Brasil no período de 2000 a 2023.

Gráfico 01 - Número de cursos oferecidos em curso de graduação, por modalidade de ensino a distância.

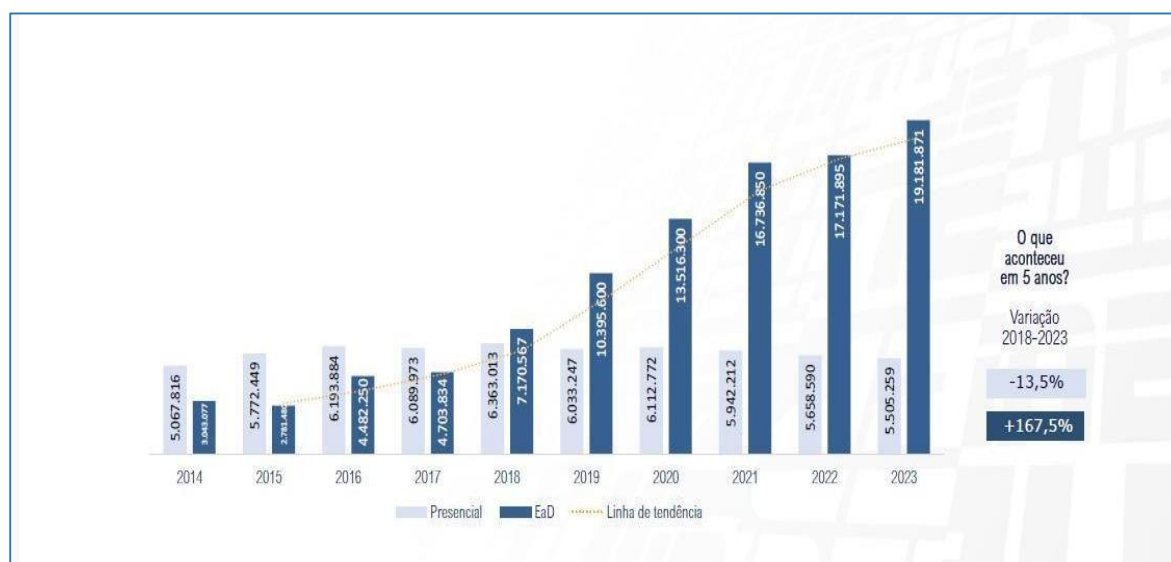


Fonte: MEC, INEP, 2023. Compilado do Relatório do Censo da Educação Superior 2023. <https://inep.gov.br>. Acesso em 02.12.24.

O crescimento da EAD pode ser mensurado por dados concretos que ilustram sua rápida expansão. Entre 2018 e 2023, conforme Gráfico 01, houve um crescimento exponencial no número de cursos de graduação a distância no Brasil, essa variação chegou a mais 232%. Se comparado a oferta de vagas entre as modalidades presencial e a distância, há um aumento de 167,5% na oferta de cursos à distância e um decréscimo de 13,5% na oferta de cursos

presenciais, conforme o Censo da Educação Superior, como pode ser visualizado no Gráfico 02 (INEP, 2023).

Gráfico 02 – Número de vagas oferecidas para ingresso em cursos de graduação presencial e a distância no período de 2014 a 2023



Fonte: MEC, INEP, 2023. Compilado do Relatório do Censo da Educação Superior 2023. <https://inep.gov.br>. Acesso em 02.12.24

Em 2020, por sua vez, os cursos de EAD já representavam cerca de 43% das matrículas no ensino superior brasileiro, consolidando-se como uma alternativa educacional de grande relevância, como pode ser visualizado pelo Gráfico 02. Conforme relatório do Censo da Educação Superior 2023 realizado pelo INEP, caso estas linhas de tendência se mantenham, é provável que o número de alunos matriculados na modalidade EAD supere o número de alunos na modalidade presencial ainda em 2024. A pandemia da Covid-19, em 2020, acelerou ainda mais esse processo, forçando a rápida adaptação de instituições, professores e alunos às plataformas digitais e ambientes virtuais de aprendizagem, tornando a EAD a principal solução para a continuidade das atividades acadêmicas durante o período de distanciamento social (Souza; Cunha, 2020).

Além da pandemia, outros fatores contribuíram para a expansão da EAD no Brasil. A evolução das plataformas digitais e o aumento da conectividade em diversas regiões do país facilitaram o acesso à educação por meio de dispositivos móveis e computadores, permitindo maior alcance para a EAD (Alves, 2011). Políticas públicas, como o Plano Nacional de Educação (PNE) e a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), também foram fundamentais para a criação de novos cursos e para garantir o acesso a pessoas de regiões distantes ou em condições econômicas desfavoráveis. Apesar disso, a modalidade ainda enfrenta desafios, como a elevada taxa de evasão e a necessidade de formação contínua de

professores, fatores cruciais para a efetividade e o sucesso dos cursos à distância (Prado; Valente, 2002).

Entretanto, cabe ressaltar que, o acesso à internet através de dispositivos móveis, para os estudos dos acadêmicos, ainda é uma realidade distante para a maioria, pois os custos que envolvem os pacotes de dados móveis para acesso à internet, limitam ou inviabilizam esse tipo de conexão para os mesmos, tornando-se uma realidade palpável para poucos. (Wa Silva, 2021).

2.2 Políticas Públicas Educacionais a Distância

As políticas públicas educacionais voltadas para a Educação a Distância (EAD) no Brasil têm como objetivo central democratizar o acesso ao ensino superior, particularmente por meio de programas como a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Segundo Lima e Capelle (2018), essas políticas buscam reduzir as desigualdades regionais e sociais, ampliando oportunidades educacionais para grupos historicamente marginalizados, como indivíduos em áreas rurais ou com dificuldades de deslocamento.

Sobre tais políticas públicas voltadas para a Educação a Distância, é importante mencioná-las para que haja uma melhor compreensão sobre a evolução desta modalidade de ensino no Brasil desde o seu início até os dias atuais, logo, se faz necessário pontuá-las (Fernandes, 2020):

- **Secretaria de Educação a Distância (SEED)** – Criada em 1995, pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), tinha o intuito de padronizar e estimular a oferta de cursos na modalidade a distância no Brasil;
- **Lei 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)** – Estabelece que a União deve validar as instituições que oferecem cursos superiores a distância; O Poder Público deve fomentar a divulgação de programas EAD em casos específicos; O Distrito Federal, Estados e municípios devem ofertar cursos presenciais ou a distância para jovens e adultos com baixa alfabetização; e ainda que os cursos a distância para a educação básica de jovens e adultos devem certificá-los.
- **Decreto nº 5.622/05** – Rege sobre o artigo 80º da LDB, instituindo que a educação a distância é uma modalidade educacional que utiliza TIC's (Tecnologias de Informação e Comunicação) para a promoção didático-pedagógica;
- **Decreto nº 5.800/06** – Estimula o desenvolvimento institucional da Educação a Distância; Fomenta a pesquisa de novos métodos inovadores para o ensino superior; Correlaciona os programas de ensino superior a distância e os polos de apoio presencial;

instituindo a Universidade Aberta do Brasil (UAB), sendo este um dos marco da educação a distância no Brasil;

- **Lei 11.502/07** – Alterou as atribuições e responsabilidades da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tornando-lhe uma referência para a educação a distância;
- **Decreto nº 9.057/17** – Revoga o decreto nº 5.622/05, e em seu artigo nº1 versa que:

considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, Decreto nº 9.057, 2017).

Já no seu artigo nº8, complementa, apontando a abrangência da mesma sobre outras modalidades e níveis:

- I - ensino fundamental, nos termos do § 4º do art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- II - ensino médio, nos termos do § 11 do art. 36 da Lei nº 9.394, de 1996;
- III - educação profissional técnica de nível médio;
- IV - educação de jovens e adultos; e
- V - educação especial. (Brasil, Decreto nº 9.057, 2017).

Desta forma, temos um breve resumo sobre a trajetória da educação a distância no Brasil, enfatizando pontos cruciais para o seu desenvolvimento que a trouxeram até o ponto que está hoje.

O Plano Nacional de Educação (PNE), estabelece metas e estratégias claras para a ampliação da educação em todos os níveis, incluindo a modalidade a distância (BRASIL, 2014). O PNE reflete o compromisso do Estado com a expansão da EAD, tanto como uma ferramenta complementar ao ensino presencial quanto como uma modalidade independente, promovendo inclusão social e fomentando o desenvolvimento econômico através da qualificação profissional.

O financiamento público é a base da sustentação e expansão da EAD no Brasil. Políticas de incentivo, como a concessão de bolsas de estudo, subsídios para infraestrutura tecnológica e programas de financiamento estudantil, como o FIES e o Prouni, têm possibilitado que um número maior de estudantes, sobretudo em regiões menos favorecidas, tenha acesso ao ensino superior. Além disso, subsídios específicos para o desenvolvimento da infraestrutura tecnológica nas instituições de ensino têm sido fundamentais para garantir que os cursos EAD ofereçam qualidade e suporte adequado, assegurando uma experiência de aprendizado completa. Esses mecanismos financeiros são essenciais para manter a EAD competitiva e acessível, contribuindo para a sua expansão contínua (Silva, 2012).

A efetividade das políticas públicas educacionais voltadas à EAD também depende da implementação de mecanismos eficazes de avaliação e monitoramento. Para garantir que essas políticas atinjam seus objetivos, é importante acompanhar indicadores de sucesso, como taxas de conclusão, níveis de satisfação dos alunos, empregabilidade e impacto social. Estudos como o de Silva e Almeida (2019) destacam que, embora as políticas tenham promovido avanços significativos, ainda há lacunas na forma como o desempenho dos cursos EAD é monitorado. Avaliações periódicas e o uso de métricas de sucesso bem definidas são fundamentais para ajustar as políticas em tempo real e corrigir eventuais desvios, garantindo a melhoria contínua da qualidade educacional.

Apesar dos avanços, as políticas públicas para EAD enfrentam desafios consideráveis. Um dos principais entraves é a ausência de programas direcionados à formação contínua de professores especializados na modalidade a distância. A falta de apoio pedagógico e técnico adequado para os docentes compromete a qualidade do ensino, assim como a carência de suporte permanente para os alunos, especialmente no que se refere a tutorias e orientação educacional. Além disso, as taxas de retenção de estudantes ainda são preocupantes, e esforços para aumentar o engajamento e a conclusão dos cursos precisam ser priorizados. A formação de professores capacitados para lidar com as especificidades da EAD e o desenvolvimento de metodologias de ensino adequadas são fundamentais para superar essas limitações e garantir que a modalidade alcance todo o seu potencial (Galter, 2016).

Outro desafio crítico que afeta diretamente a inclusão educacional na EAD é a desigualdade no acesso à infraestrutura tecnológica. Em regiões mais remotas ou economicamente desfavorecidas, o acesso à internet de qualidade e a dispositivos tecnológicos adequados ainda é limitado, criando uma barreira significativa para a participação plena dos estudantes. Gonçalves e Araújo (2021) enfatizam que, para que a EAD seja verdadeiramente inclusiva, as políticas públicas precisam abordar essas desigualdades, promovendo investimentos em infraestrutura tecnológica nas regiões mais carentes. A melhoria do acesso à internet e a distribuição de equipamentos adequados são medidas necessárias para garantir que a democratização da educação a distância não seja comprometida pelas disparidades tecnológicas.

Para que a EAD no Brasil atinja todo o seu potencial como uma ferramenta de inclusão educacional e desenvolvimento social, é preciso um esforço contínuo de adaptação das políticas públicas. Isso envolve não apenas a ampliação do financiamento e da infraestrutura, mas também a criação de mecanismos de avaliação e monitoramento e a superação das desigualdades tecnológicas. Dessa forma, a EAD pode se consolidar como uma modalidade de

ensino de qualidade, capaz de formar profissionais preparados para os desafios complexos do setor público e privado (Almeida, 2019).

2.3 Cursos de Administração Pública EAD no Brasil e na UFPB

No Brasil, a Educação à Distância vem se consolidando mais a cada ano, e conforme o CENSO da Educação Superior de 2023, esta modalidade de ensino está prestes a se tornar preferência de acordo com o número de vagas oferecidas versus o número de novos ingressantes. (Censo 2023). Verificar tabela 1 abaixo:

Tabela 1 - Número de vagas por modalidade de ensino e tipo de vaga - Brasil 2023

Categoria Administrativa	Vagas de Cursos de Graduação											
	Total Geral				Presencial				A distância			
	Total Geral de Vagas	Vagas Novas	Vagas de Programas Especiais	Vagas Remanescentes	Total	Vagas Novas	Vagas de Programas Especiais	Vagas Remanescentes	Total	Vagas Novas	Vagas de Programas Especiais	Vagas Remanescentes
Total	24.687.130	18.313.357	108.065	6.265.708	5.505.259	3.708.770	83.103	1.713.386	19.181.871	14.604.587	24.962	4.552.322
Pública	1.005.214	702.760	56.694	245.760	870.333	577.391	54.206	238.736	134.881	125.369	2.488	7.024
Federal	658.273	419.348	52.188	186.737	597.492	365.918	49.700	181.874	60.781	53.430	2.488	4.863
Estadual	272.189	225.730	3.987	42.472	212.298	168.991	3.987	41.320	59.891	58.739	0	1.152
Municipal	74.752	57.682	519	16.551	60.543	44.482	519	15.542	14.209	13.200	0	1.009
Privada	23.681.916	17.610.597	51.371	6.019.948	4.634.926	3.131.379	28.897	1.474.650	19.046.990	14.479.218	22.474	4.545.298
Com fins	19.064.267	14.192.513	31.290	4.840.464	3.049.197	2.018.904	16.483	1.013.310	16.015.070	12.173.609	14.807	3.826.654
Sem fins	4.617.649	3.418.084	20.081	1.179.484	1.585.729	1.112.475	12.414	460.840	3.031.920	2.305.609	7.667	718.644

Fonte: MEC, INEP, 2023. Compilado do Relatório do Censo da Educação Superior 2023. <https://inep.gov.br>. Acesso em 02.12.24

Número de vagas na modalidade EAD é substancialmente maior do que no Presencial.

Atualmente a modalidade EAD oferece no Brasil uma gama de cursos em diversas áreas do conhecimento, com destaque em número de vagas para os cursos de Pedagogia e Investigação e Perícia. (Verificar gráfico 03).

Na Universidade Federal da Paraíba, atualmente são oferecidos na modalidade EAD, dez (10) cursos de graduação, sendo nove (9) em Licenciatura e um (1) em Bacharelado, além de cinco (5) cursos de pós graduação (SEAD). Verificar tabela 02.

Dentre os cursos oferecidos na modalidade de Educação a Distância (EAD) na UFPB, o curso de Bacharelado em Administração Pública se destaca pela sua relevância na formação de profissionais aptos a atuar de maneira eficiente na gestão pública, com foco em

responsabilidade social. De acordo com Cardoso e Corrêa (2020), a EAD em Administração Pública tem desempenhado um papel fundamental na qualificação de servidores públicos em todo o país. A flexibilidade dessa modalidade permite que esses profissionais acessem conteúdos atualizados e desenvolvam competências essenciais para uma administração em constante transformação.

A demanda crescente por profissionais capacitados para enfrentar os desafios complexos do setor público brasileiro é um dos fatores que explica o destaque desse curso. A gestão pública requer um conjunto de habilidades específicas, incluindo conhecimento em políticas públicas, orçamento, gestão de pessoas e recursos, além de uma compreensão sólida das questões sociais e econômicas que impactam diretamente o trabalho do administrador público. Os cursos de Administração Pública em EAD oferecem uma formação que equilibra teoria e prática, proporcionando aos estudantes a flexibilidade necessária para quem já atua no setor público e busca aprimoramento contínuo sem precisar se deslocar para centros urbanos (Silva, 2022a).

Outro aspecto que diferencia esse curso é sua ênfase na democratização do acesso à educação superior, especialmente para servidores públicos em regiões afastadas dos grandes centros urbanos. A EAD possibilita que esses profissionais, muitas vezes responsáveis por implementar políticas públicas em áreas rurais ou de baixa densidade populacional, tenham acesso a uma formação de qualidade sem a necessidade de sair de suas localidades. Isso não apenas fortalece a gestão pública em âmbito municipal e estadual, como também promove a inclusão e a igualdade de oportunidades, ao oferecer educação superior a um público que, de outra forma, enfrentaria barreiras logísticas e financeiras para se qualificar em cursos presenciais (Gentil, 2017).

Além disso, os cursos de Administração Pública em EAD se destacam por sua capacidade de adaptação às novas demandas do mercado e da sociedade. A evolução das plataformas de ensino a distância, combinada com o uso de tecnologias educacionais como videoconferências, simulações e ambientes virtuais de aprendizagem, permite que os cursos sejam atualizados em tempo real. Dessa forma, os profissionais mantêm-se conectados às inovações na gestão pública, garantindo que estejam preparados para enfrentar desafios emergentes, como a digitalização dos serviços públicos, a transparência governamental e a responsabilidade social, temas cada vez mais presentes no debate contemporâneo (Leal, 2019).

O crescimento da EAD no Brasil, impulsionado por avanços tecnológicos e políticas públicas, reflete a necessidade de maior flexibilidade e acessibilidade no ensino superior. Nesse contexto, os cursos de Administração Pública em EAD têm se mostrado uma solução eficaz

para a qualificação de servidores públicos em diversas regiões do país. Além de democratizar o acesso à educação, esses cursos fortalecem as práticas de gestão pública ao combinar um conteúdo teórico atualizado com as exigências práticas do cotidiano administrativo (Cardoso; Corrêa, 2020). A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) tem desempenhado um papel central na expansão dessa modalidade, utilizando a estrutura da Universidade Aberta do Brasil (UAB) para atingir um público mais amplo e diversificado.

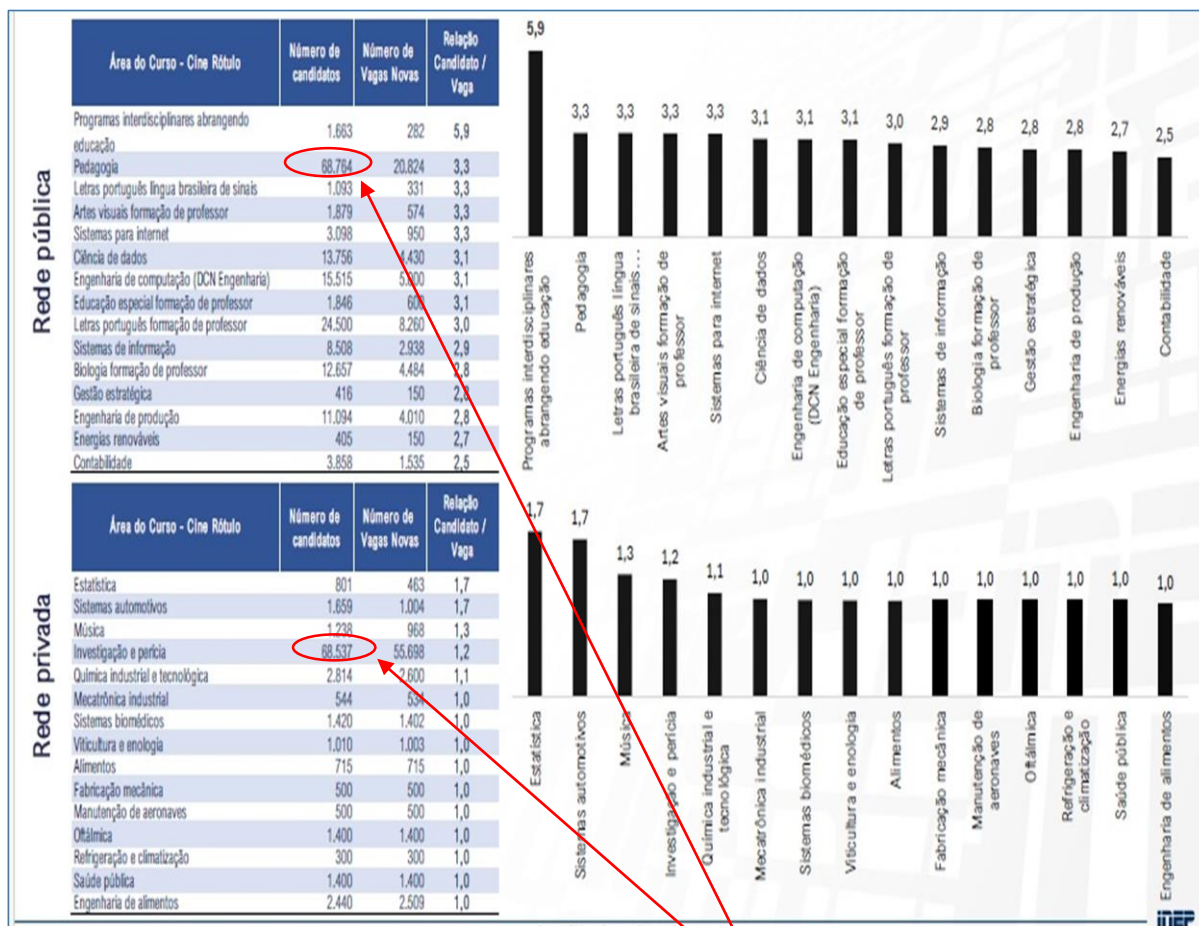
A UFPB se destaca na formação de administradores públicos por meio da EAD ao oferecer uma estrutura que capacita gestores e integra tecnologias educacionais avançadas com práticas de gestão contemporânea. Essa combinação prepara os alunos para enfrentar os desafios da administração moderna (Cavalcanti, 2017). No entanto, apesar do crescimento da EAD, ainda há desafios estruturais e pedagógicos que precisam ser superados para garantir a consolidação da qualidade dessa modalidade. Esses obstáculos podem ser reduzidos por meio de políticas públicas que promovam a democratização do acesso ao ensino superior, assegurando que o sistema seja mais equitativo e inclusivo, atendendo às diferentes necessidades dos alunos em todo o país.

Tabela 2 - Cursos na modalidade EAD ofertados pela UFPB.

Oferta de Cursos EAD - UFPB - 2024	
Cursos de Graduação	Modalidade
01- Bacharelado em Administração Pública	Bacharelado
02- Licenciatura em Ciências Agrárias	Licenciatura
03- Licenciatura em Ciências Biológicas	Licenciatura
04- Licenciatura em Computação	Licenciatura
05- Licenciatura em Letras/Português	Licenciatura
06- Licenciatura em Letras/Espanhol	Licenciatura
07- Licenciatura em Letras/Inglês	Licenciatura
08- Licenciatura em Letras/LIBRAS	Licenciatura
09- Licenciatura em Matemática	Licenciatura
10- Licenciatura em Pedagogia	Licenciatura
Cursos de Pós Graduação	
01- Especialização em Ciências da Linguagem com Ênfase em Língua Portuguesa	
02- Especialização em Desenvolvimento Social e Econômico Regional	
03- Especialização em Educação do Campo	
04- Especialização em Gestão Pública	
05- Especialização em Educação Ambiental	

Fonte: SEAD, 2024. Compilado do site da Superintendência de Educação a Distância – SEAD, 2024. <https://www.sead.ufpb.br/sead/contents/paginas/uab-1/uab> - Adaptado pelo Autor. Acesso em 02.12.24

Tabela 3 - Cursos EAD com número de vagas oferecidas na rede Pública e Privada e maior relação candidato/vaga, por categoria administrativa no Brasil - 2014-2023



Fonte: MEC, INEP, 2023. Compilado do Relatório do Censo da Educação Superior 2023. <https://inep.gov.br>. Acesso em 02.12.24

Destaques para os cursos de Pedagogia na rede Pública e de Investigação e Perícia na rede Privada.

2.4 Referencial de Qualidade para a Educação a distância do Ministério da Educação

O referencial de Qualidade para Educação a distância, desenvolvido pelo Ministério da Educação, foi implementado pelo MEC em 2007, para retratar a importância do EAD e seu desenvolvimento na expansão da Educação Superior, doutrinando regramento de qualidade para as instituições que ofertam cursos neste segmento, ainda que sem força de lei, serve como suporte basilar no tocante a supervisão, regulação e avaliação deste modal de ensino (BRASIL, 2007).

Preparado por especialistas do setor em parceria com universidades e sociedade, tal documento busca oferecer qualidade no processo EAD e concomitantemente inibir a fragilização do ensino superior, ora observados em alguns exemplares de oferta EAD, que se apresentam de maneira desordenada e sem comprometimento com a qualidade no processo de ensino-aprendizagem. (BRASIL, 2007).

O texto em si, versa sobre todo o aparato geral necessário para o desenvolvimento adequado e condizente para consolidar uma EAD de qualidade, trazendo consigo minúcias desde a elaboração do formato estrutural do modal até a conclusão do curso em si, retratando pormenores que envolvem professores; alunos; equipe técnica de TIC; material didático adaptado e de qualidade; direcionamento de acordo com a especificidade de cada curso, fundamentados nos aspectos pedagógicos, recursos humanos e infraestrutura (BRASIL, 2007).

Diante tamanha grandeza e complexidade de um projeto político pedagógico necessário para o desenvolvimento basilar do EAD, foram instituídas as seguintes subdivisões: (i) Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem; (ii) Sistemas de Comunicação; (iii) Material didático; (iv) Avaliação; (v) Equipe multidisciplinar; (vi) Infraestrutura de apoio; (vii) Gestão Acadêmico-Administrativa; (viii) Sustentabilidade financeira.

Cada subdivisão desta retrata sua especificidade de tal forma que não exista a perda da interdependência das demais, concatenadas umas às outras formando o conjunto de partes de um todo, orientando cada passo-a-passo a ser seguido, buscando exortar um padrão de qualidade a ser adotado e executado criteriosamente pelos cursos de ensino a distância no Brasil (BRASIL, 2007).

2.5 Breve Revisão da Literatura

A EAD e a gestão organizacional foram objeto de alguns estudos ao longo dos últimos anos. As pesquisas realizadas, de forma geral, objetivaram demonstrar a evolução e expansão da EAD, as contribuições recentes, o perfil dos discentes e docentes, o nível de qualidade educacional do ensino a distância. Assim como, os estudos buscavam pesquisar sobre os impactos positivos e negativos da educação a distância sobre a qualidade do ensino no Brasil.

Estudos recentes sobre EAD e gestão educacional revelaram que a expansão dessa modalidade trouxe novos desafios, especialmente no que diz respeito à qualidade do ensino e à gestão dos cursos. Pesquisas como a de Silva e Almeida (2019) apontaram que, apesar dos avanços em termos de acesso, ainda há uma necessidade urgente de investir na infraestrutura

tecnológica e na formação docente para que a EAD se consolide como uma alternativa educacional de qualidade.

Fazendo uma alusão ao EAD em outro país, Madrid, na Espanha, Gomez destaca que o acesso a recursos didáticos via aparelhos móveis e internet móvel, não é um problema para os docentes, posto que o acesso ocorre de forma equilibrada e sem interrupções no país, além disso, ainda ajudar a promover uma auto percepção de melhor desenvolvimento de recursos como Comunicação e Colaboração, Criação de conteúdos digitais e Segurança, porém cabe frisar que outras situações são similares as do Brasil, no tocante a cargas horárias extenuantes, que promovem desgastes de docentes e discentes, pois não há regramento sobre isso.(Gomez, 2024).

Gonçalves e Araújo (2021) analisaram o impacto da EAD no desenvolvimento regional e concluíram que essa modalidade tem contribuído para o crescimento econômico de regiões mais periféricas ao oferecer qualificação profissional sem a necessidade de deslocamento para grandes centros. Os autores também destacaram que a gestão dos cursos em EAD precisa ser constantemente aprimorada, especialmente em termos de suporte às aulas e estratégias de retenção, para garantir que a educação a distância alcance seus objetivos educacionais de maneira eficaz.

Reis *et. al.* (2024) buscaram caracterizar o curso de Bacharelado em Administração Pública da Universidade Aberta do Brasil (UAB), ofertado pelo Instituto Federal da Bahia (IFBA), campus Ilhéus, com base no Referencial de Qualidade para a Educação a Distância (RQE-EAD). Para tanto, os autores utilizaram uma pesquisa descritiva, exploratória e qualitativa, com análise documental dos elementos que compõem o processo educacional do curso, incluindo projeto pedagógico, organização didática, recursos didáticos, processo de ensino-aprendizagem, avaliação da aprendizagem e tutoria. Os resultados encontrados demonstraram que o curso apresenta indicadores de qualidade positivos em todos os aspectos analisados, destacando-se: corpo docente qualificado e com experiência em EaD, infraestrutura tecnológica moderna e robusta, currículo atualizado e relevante para as demandas do mercado de trabalho, metodologias de ensino inovadoras e interativas, sistema de avaliação contínua e formativa, incentivo à pesquisa e à participação em atividades extracurriculares, promoção da diversidade e da inclusão, parcerias com instituições públicas e privadas, acreditação e avaliação institucional regular, suporte ao estudante abrangente e personalizado, alto índice de engajamento e satisfação dos alunos. Deste modo os autores concluíram que o curso de bacharelado em Administração Pública a distância do IFBA, atende aos referenciais de

qualidade para EaD com excelência, proporcionando aos alunos uma formação abrangente e de qualidade.

3 METODOLOGIA

A metodologia deste estudo caracteriza-se por uma abordagem qualitativa com análise documental foco no processo educacional do curso de Administração Pública da UFPB no período de 2013 a 2023. A análise documental abrange o projeto pedagógico, recursos didáticos, avaliação da aprendizagem, tutoria, evasão escolar e o perfil dos discentes. A abordagem qualitativa interpretou percepções de alunos e docentes sobre a qualidade dos cursos e as políticas de ensino a distância.

A pesquisa é classificada como aplicada, conforme Lakatos e Marconi (2010), com o objetivo de fornecer dados práticos que subsidiem a formulação e melhoria de políticas institucionais para o ensino a distância (EAD). O estudo visa solucionar problemas práticos relacionados à gestão de cursos EAD, oferecendo informações relevantes para melhorar as políticas institucionais.

Os objetivos da pesquisa são descritivos, conforme Gil (2010), observando e analisando fatos sem interferir diretamente sobre eles. No contexto deste estudo, o foco está na descrição e interpretação do desempenho acadêmico e da gestão educacional dos cursos de EAD da UFPB, abordando temas como taxas de matrícula, evasão e trancamento.

O método adotado foi o estudo de caso, seguindo Yin (2015), o que permitiu examinar detalhadamente o contexto específico dos cursos de EAD. A flexibilidade do estudo de caso possibilitou integrar diversas fontes de dados, como relatórios institucionais, entrevistas e documentos oficiais, proporcionando uma compreensão mais aprofundada da dinâmica do curso analisado.

A terceira etapa consistiu na análise documental de relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA) de 2014 a 2023, e registros da SEAD, fornecendo dados qualitativos sobre a estrutura curricular e a percepção de discentes e docentes. Também foram utilizados dados sobre projetos de monitoria e extensão, além de políticas educacionais aplicadas de 2014 a 2023.

Por fim, os dados coletados foram organizados em tabelas e gráficos, facilitando a análise comparativa dos indicadores de desempenho acadêmico e gestão educacional. Isso

permitiu identificar padrões e tendências que influenciam o sucesso ou insucesso acadêmico, contribuindo para a formulação de novas diretrizes institucionais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seção de análise de resultados está dividida em três partes. Na primeira analisou-se as percepções dos discentes e docentes no curso de Administração Pública na UFPB. Na segunda parte, analisa-se os dados de ingressos no curso de Administração Pública na UFPB e outras variáveis. E por último, as estratégias pedagógicas e o perfil dos estudantes do Curso de Administração Pública da UFPB em comparação com outras instituições de ensino, como o IFBA e a UFSC.

4.1 Análises das percepções dos discentes e docentes no curso de Administração Pública na UFPB

A partir do questionário de Análise Qualitativa e Quantitativa dos instrumentos de autoavaliação da CPA no curso de Administração EAD da UFPB, foram sintetizados na Tabela 2, os dados de percepção dos discentes e docentes do curso.

Para os discentes, os resultados indicaram uma avaliação majoritariamente positiva em relação à motivação, condições socioeconômicas e apoio e mediação pedagógica, com alcance de 83,3% das respostas atribuindo conceito “5”. O apoio pedagógico se destacou, especialmente pela qualidade da mediação dos tutores, tanto no ambiente virtual quanto presencial, e pelo retorno rápido às solicitações dos alunos, avaliado como satisfatório por todos os participantes, como pode ser visualizado na Tabela 2.

Recursos didáticos, acessibilidade e infraestrutura foram bem avaliados, mas com variações perceptíveis, como no acesso à internet e laboratórios especializados. A gestão do curso e a atuação da coordenação foram bem vistas, mas sem unanimidade nas avaliações mais altas, o que sugere espaço para aprimorar a comunicação ou o atendimento, conforme a seguir na Tabela 4, elaborada com base nos dados do Relatório de Administração da UFPB, fornecidos pela CPA.

Tabela 4: Síntese da Avaliação dos Discentes sobre o curso Administração Pública à Distância na UFPB em 2023

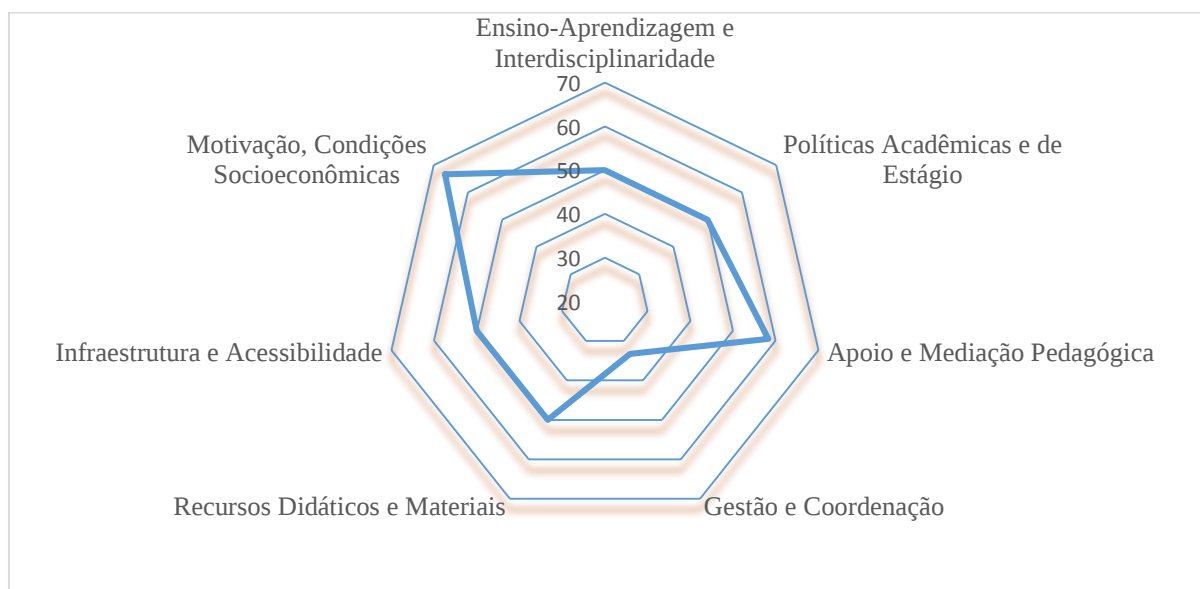
Categorização	Perguntas	Conceito					
		5	4	3	2	1	n/a
Ensino-Aprendizagem e Interdisciplinaridade	1. Há interdisciplinaridade entre as disciplinas do seu curso?	66,7	33,3	0	0	0	0
	2. Há articulação da teoria com a prática?	33,3	33,3	33,3	0	0	0
	3. As disciplinas induzem ao conhecimento recente e inovador?	66,7	33,3	0	0	0	0
	4. Há, no curso, abordagem pertinentes as práticas de educação ambiental, direitos humanos, relações étnico-raciais e indígenas?	33,3	66,7	0	0	0	0
Políticas Acadêmicas e de Estágio	5. A institucionalização e qualidade da política de estágio do curso é satisfatória?	66,7	16,7	0	16,7	0	0
	6. A implantação das políticas de ensino, pesquisa e extensão do curso é satisfatória?	50	0	50	0	0	0
	7. A política de incentivo a internacionalização (intercâmbio) é satisfatória?	33,3	0	0	33,3	0	33,3
Apoio e Mediação Pedagógica	8. A mediação entre estudantes e professores feita pelos tutores é satisfatória?	50	33,3	16,7	0	0	0
	9. O retorno às solicitações dos estudantes com prazo de até 24h para atendimento pelos tutores é satisfatória?	50	50	0	0	0	0
	10. Se há tutor presencial no seu Polo, o atendimento no ambiente presencial é satisfatório?	83,3	16,7	0	0	0	0
	11. O atendimento dos tutores no âmbito virtual (AVA) é satisfatório?	50	50	0	0	0	0
	12. Os conhecimentos e habilidades dos tutores são compatíveis com as disciplinas do curso?	66,7	33,3	0	0	0	0
	13. A utilização de diversas ferramentas de informação e comunicação (TIC's) nas atividades do tutor é satisfatória?	50	33,3	16,7	0	0	0
Gestão e Coordenação	14. A atuação da coordenação do curso é satisfatória?	33,3	66,7	0	0	0	0
	15. O atendimento prestado pela Coordenação do curso é satisfatório?	33,3	66,7	0	0	0	0
Recursos Didáticos e Materiais	16. A qualidade dos recursos didáticos é satisfatória?	33,3	33,3	33,3	0	0	0
	17. As estratégias pedagógicas para pessoas com deficiência são satisfatórias?	66,7	16,7	0	0	16,7	0
Infraestrutura e Acessibilidade	18. O acervo da Biblioteca física (Polo) e digital (SIGAA) é satisfatória?	33,3	33,3	33,3	0	0	0
	19. A disponibilidade de acesso à internet no Polo é satisfatória?	50	33,3	16,7	0	0	0
	20. O laboratório de informática do Polo é satisfatório?	50	16,7	16,7	0	16,7	0
	21. O laboratório especializado é satisfatório?	33,3	16,7	16,7	0	16,7	16,7
	22. A acessibilidade nos edifícios dos Polos é satisfatória?	66,7	33,3	0	0	0	0
	23. O acesso ao Moodle (ambiente virtual) é satisfatório?	66,7	33,3	0	0	0	0

Fonte: Relatório de Administração EAD da UFPB (2023) Dados fornecidos pela CPA-UFPB.

Motivação, Condições Socioeconômicas	24. Qual a importância do TCC?	83,3	0	16,7	0	0	0
	25. Há motivação para fazer o curso?	66,7	0	33,3	0	0	0
	26. Você tem condições socioeconômicas para permanecer no curso?	50	16,7	33,3	0	0	0

Reforçando essa análise, o Gráfico 3 reflete a comparação do desempenho entre as categorias, destacando tanto áreas fortes quanto fragilidades. Enquanto aspectos como “Motivação, Condições Socioeconômicas” e “Ensino-Aprendizagem e Interdisciplinaridade” mostram melhor desempenho, dimensões como “Recursos Didáticos e Materiais” e “Gestão e Coordenação” apresentam déficits significativos, indicando a necessidade de intervenções prioritárias.

Gráfico 3 – Categorização das percepções dos discentes sobre o curso de Administração Pública na UFPB



Fonte: Próprio autor.

Esses resultados refletem a complexidade de um curso EaD, que combina experiências diversas em polos distintos e reforçam o compromisso com a qualidade acadêmica, mas ressalta lacunas que indicam áreas prioritárias para intervenção de acordo com a percepção dos discentes.

De acordo com a percepção dos docentes, os resultados da avaliação do curso destacaram pontos positivos e áreas de melhoria em diversas dimensões. Na categoria Gestão e Coordenação do Curso, observa-se avaliações altas para maioria das questões e em sua maior parte, atingindo um valor de 62,5% no conceito 5 (Tabela 3).

Os Objetivos do curso e Qualidade pedagógica também se destacaram apresentando avaliações medianas para cada pergunta realizada. O curso mostrou bom desempenho na abordagem de temas contemporâneos como educação ambiental e direitos humanos, com 75%

das respostas entre “4” e “5”. No que diz respeito à tecnologia, o Moodle destacou-se como uma ferramenta eficiente, enquanto o uso de outras plataformas digitais mostrou variações significativas, apontando para a necessidade de uniformizar sua utilização.

Por outro lado, as categorias de infraestrutura e suporte ao discente apresentam desafios importantes. O apoio ao discente foi avaliado como insuficiente em áreas como participação em fóruns e debates, com 75% das respostas entre “2” e “1”, enquanto a acessibilidade nos polos teve o maior índice de insatisfação, com 62,5% indicando “não se aplica”. Quanto à motivação e condições de trabalho docente, destaca-se a atualização das referências de ensino, com 100% das respostas apontando notas altas, demonstrando comprometimento com a qualidade pedagógica. No entanto, aspectos como o estímulo à publicação acadêmica e a política de estágio foram avaliados como moderados, com expressiva concentração de respostas em notas intermediárias.

Tabela 5: Síntese da Avaliação dos Docentes sobre o curso Administração Pública à Distância na UFPB em 2023

Categorização	Perguntas	Conceito					
		5	4	3	2	1	n/a
Objetivos do Curso e Qualidade Pedagógica	1.0. O curso consegue cumprir os objetivos constantes no PPC? De 0 a 5, qual o seu grau de satisfação neste quesito?	50	12,5	37,5	0	0	0
	2.0. Há interdisciplinaridade entre as disciplinas do curso?	25	12,5	62,5	0	0	0
	3.0. Há adequação das ementas das disciplinas à natureza do curso?	37,5	25	12,5	25	0	0
	4.0. A distribuição da carga horária total do curso é adequada?	62,5	25	12,5	0	0	0
	5.0. Há articulação da teoria com a prática?	12,5	12,5	37,5	25	12,5	0
	6.0. As disciplinas induzem ao conhecimento recente e inovador?	37,5	12,5	25	12,5	12,5	0
	7.0. Há, no curso, abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, direitos humanos, relações étnico-raciais e indígenas?	37,5	37,5	25	0	0	0
Políticas Acadêmicas e de Estágio	8.0. A institucionalização e qualidade da Política de Estágio do curso é satisfatória?	25	12,5	25	25	12,5	0
	9.0. A Implantação das políticas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso são satisfatórias?	12,5	25	25	25	12,5	0
	11.0. A política de incentivo à internacionalização (intercâmbios) é satisfatória?	0	25	12,5	37,5	25	0
Tecnologia e Ferramentas Didático-Pedagógicas	12.0. O SIGAA é uma ferramenta didático-pedagógica satisfatória?	12,5	12,5	37,5	25	12,5	0
	13.0. O Moodle é uma ferramenta didático-pedagógica satisfatória?	50	25	25	0	0	0
	25.0. Os alunos utilizam outras plataformas digitais (Moodle, YouTube, Google etc.) para aprendizagem de forma satisfatória?	0	25	12,5	25	25	12,5
Gestão e Coordenação do Curso	14.0. A atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) é satisfatória?	50	12,5	25	0	12,5	0
	15.0. O atendimento do seu chefe de Departamento aos docentes do curso é satisfatório?	62,5	12,5	0	0	25	0
	16.0. A atuação da Coordenação do curso é satisfatória?	62,5	0	12,5	0	25	0
	17.0. O atendimento prestado pela secretaria que atende ao curso é satisfatório?	28,6	14,3	14,3	14,3	28,6	0
	18.0. A atuação do Colegiado do Curso é satisfatória?	62,5	12,5	12,5	0	12,5	0
Apoio e Suporte ao Discente	10.0. O apoio ao discente é satisfatório (ações de acolhimento e permanência, acessibilidade metodológica, monitoria, nivelamento, apoio psicopedagógico, participação em centros acadêmicos etc.)?	12,5	12,5	50	25	0	0
	19.0. A quantidade de discentes por turma é satisfatória?	25	0	37,5	25	12,5	0
	20.0. Os estudantes utilizam as referências indicadas pelo professor?	0	12,5	50	37,5	0	0
	21.0. A participação dos estudantes nas discussões e debates dos fóruns é satisfatória?	0	12,5	12,5	37,5	37,5	0
	22.0. A qualidade dos trabalhos e avaliações apresentadas pelos estudantes é satisfatória?	0	25	25	37,5	0	12,5
	27.0. O desempenho do estudante na elaboração do TCC é satisfatório?	0	37,5	25	37,5	0	0
	28.0. O relacionamento orientador/orientando é satisfatório?	12,5	37,5	50	0	0	0
	29.0. Há estímulo à publicação do docente junto com o discente é satisfatória?	0	37,5	50	0	12,5	0

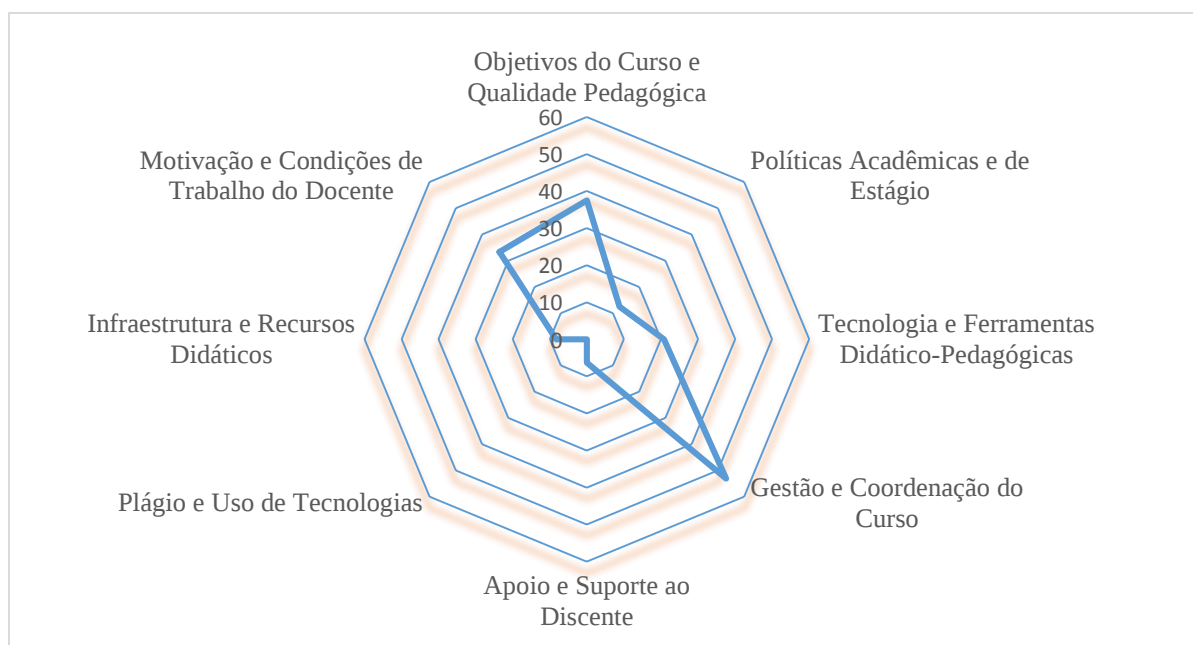
Plágio e Uso de Tecnologias	23.0. Numa escala de 0 a 5, existe um alto índice de plágio acadêmico nos trabalhos?	0	12,5	25	50	0	12,5
	24.0. Numa escala de 0 a 5, a qualidade dos trabalhos apresenta indícios de uso de inteligência artificial (ChatGPT)?	0	25	12,5	25	12,5	25
Infraestrutura e Recursos Didáticos	30.0. A qualidade do material didático-pedagógico (livros, cartilhas, áudio-books, podcasts, etc.) disponibilizado pela instituição é satisfatória?	12,5	25	37,5	12,5	12,5	0
	31.0. O acervo da Biblioteca física dos polos é satisfatório?	0	12,5	37,5	12,5	0	37,5
	32.0. A qualidade do acesso à internet no seu Polo é satisfatória?	25	0	12,5	25	0	37,5
	33.0. A qualidade dos laboratórios especializados nos polos é satisfatória?	0	25	12,5	12,5	0	50
	34.0. A acessibilidade nos edifícios dos Polos é satisfatória?	0	0	25	12,5	0	62,5
Motivação e Condições de Trabalho do Docente	35.0. A estratégia pedagógica para pessoas com deficiência no ambiente virtual é satisfatória?	12,5	37,5	25	12,5	0	12,5
	26.0. O desempenho geral dos estudantes é satisfatório?	12,5	0	37,5	50	0	0
	36.0. Sua motivação para lecionar/auxiliar (tutor) nesse curso é satisfatória?	37,5	0	50	12,5	0	0
	37.0. Numa escala de 0 a 5, você atualiza as referências dos componentes que leciona?	50	50	0	0	0	0

Fonte: Relatório de Administração EAD da UFPB (2023).

Corroborando com esses dados, o Gráfico 4, evidencia um desempenho desigual entre as categorias. Dimensões como Objetivos do Curso e Qualidade Pedagógica e Motivação e Condições de Trabalho do Docente obtiveram avaliações superiores, enquanto Apoio e Suporte ao Discente, Plágio e Infraestrutura e Recursos Didáticos apresentaram resultados muito baixos, sinalizando lacunas críticas a serem abordadas.

Esses déficits podem refletir falhas no suporte aos estudantes e na promoção de integridade acadêmica. Quanto a Categoria Plágio e Uso de Tecnologias avaliações baixas, indicam uma boa percepção dos docentes, sendo um efeito positivo para curso de Administração Pública na UFPB.

Gráfico 4 – Categorização das percepções dos docentes sobre o curso de Administração Pública na UFPB



Fonte: Próprio autor.

Contudo a análise dos resultados sugere que, embora o curso tenha pontos de excelência, como gestão bem avaliada e compromisso dos docentes com a atualização, há demandas significativas por melhorias. A necessidade de maior articulação entre teoria e prática, ampliação da acessibilidade e incentivo à internacionalização são desafios que podem ser priorizados. Além disso, é essencial promover o engajamento discente, fortalecendo ações que incentivem a participação ativa em fóruns e debates e garantindo infraestrutura e recursos adequados para todos os polos. Tais intervenções podem contribuir para alinhar as práticas pedagógicas às expectativas do corpo docente e discente, aprimorando a experiência de ensino-aprendizagem.

4.2 Análises dos dados Ingressos no curso de Administração Pública na UFPB

A análise da percepção de qualidade do curso de Administração Pública foi realizada considerando indicadores que impactam a experiência de discentes e docentes, como retenção, evasão e taxas de conclusão. Os dados revelam informações valiosas sobre o desempenho do curso.

A Tabela 6 mostra uma análise de ingressos de 2013 à 2019 com análise de ativos, cancelamentos, trancamentos e integralizações do período de 2013 à 2023.

Tabela 6 – Ingressos e retenções por ano e semestre (2013–2023)

Ano-Semestre	Ingressos	Ativos (%)	Cancelamentos (%)	Trancamentos (%)	Integralizações (%)
2013.1	98	17,3	83,7	17,3	15,3
2015.2	9	11,1	88,9	11,1	0
2017.1	123	34,1	65,9	34,1	30,1
2019.1	147	26,5	73,5	26,5	10,9

Fonte: Relatório de Administração EAD da UFPB (2023).

Os dados indicam que a retenção é um desafio para o curso, com altas taxas de cancelamento em semestres anteriores (83,7% em 2013.1). No entanto, a taxa de integralização aumentou nos semestres posteriores, especialmente em 2017.1, com 30,1%.

A Tabela 7 apresenta a taxa de cancelamento e evasão durante o período de 2013 à 2023. O aumento nos cancelamentos acumulados ao longo do tempo sugere uma necessidade de instruções específicas para melhorar a retenção. Trancamentos também estão associados à evasão temporária, questões que podem ser relacionadas ao suporte técnico ou acadêmico.

Tabela 7 – Cancelamentos e trancamentos acumulados por semestre

Ano-Semestre	Cancelamentos Acumulados	Trancamentos Acumulados
2013.1	82	17
2015.2	9	3
2017.1	75	42
2019.1	99	39

Fonte: Relatório de Administração EAD da UFPB (2023).

As integralizações apresentam oscilações significativas entre semestres. O pico em 2017.1 reflete maior comprometimento ou políticas de incentivo nesse período. Como consta na Tabela 8, integralizações (conclusão de curso de 2013 à 2023).

Tabela 8 – Integralizações acumuladas por ano e semestre

Ano-Semestre	Integralizações Acumuladas
2013.1	15
2015.2	0
2017.1	37
2019.1	16

Fonte: Relatório de Administração EAD da UFPB (2023).

4.3 Análise das estratégias pedagógicas e perfis dos estudantes

O Curso de Bacharelado em Administração Pública - EaD da UFPB foi inaugurado em 2013, por meio da Resolução nº 4/2013 / CONSEPE / UFPB, com base no Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no intuito de preparar profissionais capacitados para atender as necessidades da gestão pública. Atualmente o curso conta com 17 professores, em sua maioria doutores, além de tutores presenciais e a distância que auxiliam os discentes nos seus cinco (5) polos presenciais espalhados nas cidades da Paraíba (Conde, Duas Estradas, João Pessoa, Livramento e Taperoá).

O curso de Administração Pública – EAD da UFPB, adota uma estratégia pedagógica que integra interdisciplinaridade, com ênfase nas áreas de Administração, Ciências Sociais, Contabilidade, Direito e Economia. Essa abordagem multidisciplinar visa desenvolver competências técnicas, críticas e éticas essenciais para a atuação na gestão pública em diversos níveis. As metodologias de ensino incluem projetos práticos e estágio supervisionado a partir do 3º semestre, com ênfase na resolução de problemas reais e apoio contínuo ao estudante. As ferramentas pedagógicas utilizadas incluem laboratórios de informática e plataformas digitais, permitindo uma aprendizagem interativa, conforme análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Administração pública da UFPB.

O perfil dos discentes é composto principalmente por jovens e adultos que, com a flexibilização do ensino a distância, buscam melhorar sua atuação profissional no setor público.

A carga horária do curso é de 3000h, distribuídas ao longo de nove semestres, com titulação de Bacharelado, e o ingresso se dá através do ENEM.

Ao comparar as estratégias pedagógicas adotadas pela UFPB com as adotadas pelos cursos de Administração Pública – EAD da Bahia e de Santa Catarina, conforme Tabela 1, nota-se uma convergência em algumas áreas-chave, como a integração de saberes teóricos e práticos, com foco em competências para gestão pública e o uso de tecnologias educacionais.

As estratégias apresentadas nos três BAPs evidenciam a preocupação das instituições com estratégias bem definidas e que se adaptem ao contexto e realidade de cada região. Assim, como descrito em Josiani *et al.* (2017) que destaca a relevância das capacidades na formulação de estratégias que proporcionem vantagem competitiva, enfatizando que a escolha da estratégia deve focar na melhor exploração dos recursos e capacidades já disponíveis

Tabela 9: Dados das estratégias metodológicas dos BAP's - EAD - Paraíba, Bahia e Santa Catarina

BAP	Estratégias pedagógicas	Metodologias de ensino	Ferramentas e Recursos didáticos	Carga horária	Modalidade	Forma de ingresso	Perfil do discentes	Perfil do Egresso
Paraíba (UFPB)	• Princípios de interdisciplinaridade e transversalidade como base pedagógica. • Foco no apoio contínuo para atingir os objetivos educacionais dos estudantes. • Valorização da formação crítica, inovadora e empreendedora. • Formação orientada às necessidades da gestão pública local, regional e nacional. • Enfoque em processos operacionais e decisórios com base em conhecimento, ética e cidadania. • Abordagem multidisciplinar • Desenvolvimento de múltiplas competências	• Estrutura semestral homogênea: aulas iniciais, projetos no final. • Habilidades profissionais praticadas em projetos do 3º ao 6º semestre. • Projetos baseados em problemas e estágio no 7º e 8º semestre. • Curso EaD para gestores públicos, ampliando acesso à formação.	O curso utiliza laboratórios de informática e plataformas de ensino à distância para atividades interativas e dinâmicas.	3000h (9 semestres)	EAD e Presencial	ENEM, Graduado, Transferência	Composto jovens/adultos sem acesso à educação superior.	Profissionais qualificados para melhorar a gestão pública, utilizando tecnologias e promovendo o pesquisa e profissionalização no setor.
Bahia (IFBA)	• Estrutura curricular contempla interrelações público-privado, nacional-internacional. • Aplicabilidade dos conteúdos nas organizações e no contexto social. • Utilização de tecnologias inovadoras no ensino. • Atendimento aos campos de formação especificados nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).	• Desenvolvimento contínuo de competências em informação e comunicação. • Temas e conteúdos contextualizados nos espaços de trabalho regionais. • Enfoque pluralista, evitando posicionamentos unilaterais ou doutrinários. • Formação técnica, ética e política para gestão pública contemporânea. • Flexibilidade pedagógica adaptada ao contexto regional.	Material didático é disponibilizado no repositório da Capes.	3.120h (8 semestres)	EAD	Processo seletivo	Pessoas interessadas em se capacitar como gestores para melhorar a gestão pública em diferentes esferas.	Profissionais generalistas, críticos, criativos e qualificados para atuar na gestão pública, com visão sistêmica.

• Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade em política e gestão pública.

Santa Catarina (UFSC)	• Pautado em dispositivos legais e regimentares institucionais. • Segue a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) • Atende às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Curso de Administração • Baseado nas orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) • Considera o Decreto nº 5.707/2006 para desenvolvimento de pessoal na administração pública.	• Desenvolvimento contínuo das aptidões sociais ligadas ao convívio responsável. • Instrumentalização de recursos humanos no uso de TICs e tecnologias. • Estímulo ao pensamento autônomo, curiosidade e criatividade. • Seleção de conteúdos contextualizados às realidades locais e regionais. • Enfoque pluralista. • Formação técnico-científica, ético-humanística e político-social.	O curso utiliza tutores presenciais, tutores a distância, coordenadores de polo e infraestrutura tecnológica para apoio.	3000h (4 anos/ 8 semestres)	EAD	Processo seletivo	Os discentes são concluintes do ensino médio, residentes em municípios pólos e selecionados por processo seletivo.	Profissionais generalistas, críticos, criativos, com habilidades em gestão pública, análise estratégica, liderança e tomada de decisões.
-----------------------	---	---	--	-----------------------------	-----	-------------------	--	--

Fonte: PPC dos cursos do BAP da UFPB, IFBA e UFSC.

O curso de Administração Pública da UFPB destaca-se pela flexibilidade pedagógica, com maior ênfase em práticas de gestão pública local e regional, contando com 5 polos de atuação nas cidades do Conde, João Pessoa, Livramento, Duas Estradas e Taperoá, na Paraíba. O curso do IFBA na Bahia, com 3120h e abordagem mais histórica e contextualizada, oferece um foco maior na formação ética e política, destacando-se pela adaptação ao contexto social e regional, contando com 8 polos de atuação nas cidades de Brumado, Ibicuí, Ilhéus, Itabuna, Itapicuru, Jequié, Salvador e Vitória da Conquista na Bahia. Por sua vez, o curso da UFSC, com 3000h e ênfase na integração de tecnologias da informação e comunicação (TICs), utiliza tutores presenciais e a distância para dar suporte ao ensino, com um perfil de ingressantes voltado para profissionais generalistas com foco na tomada de decisões estratégicas, com 14 polos nas cidades de Tubarão, Joinville, Florianópolis, Chapecó, Araranguá, Praia Grande, Jaraguá do Sul, Itapema, Indaial, Criciúma, Laguna, Palhoça, Itapema e Canelinha em Santa Catarina.

Esses cursos apresentam semelhanças, principalmente por que todos os cursos de bacharelado em administração pública devem seguir a matriz curricular do PNAP, mas também se destacam por suas particularidades no atendimento às demandas locais e no desenvolvimento de habilidades adaptadas ao contexto regional, conforme pode ser visualizado na Tabela 1.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa abordou o curso de Administração Pública – EAD da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com o objetivo de analisar as estratégias pedagógicas adotadas, as percepções de discentes e docentes, e os dados relacionados ao desempenho do curso, como taxas de retenção, evasão e conclusão. A investigação buscou compreender os principais desafios e pontos fortes do curso, além de compará-lo com outros programas semelhantes oferecidos por instituições de ensino superior em diferentes estados do Brasil.

O objetivo geral da pesquisa foi examinar as estratégias pedagógicas do curso, os perfis dos alunos, as percepções de discentes e docentes e os dados relativos à retenção e evasão de alunos no período de 2013 a 2023. Os resultados mostraram que o curso adota uma abordagem pedagógica multidisciplinar, com foco em práticas de gestão pública. As percepções dos discentes quanto ao apoio pedagógico e à qualidade da mediação dos tutores foram predominantemente positivas, mas surgiram lacunas em áreas como infraestrutura e suporte contínuo ao discente, apontando a necessidade de melhorias nessas dimensões.

A análise das estratégias pedagógicas demonstrou que o curso de Administração Pública – EAD da UFPB combina eficazmente saberes teóricos e práticos, destacando-se pela ênfase na resolução de problemas reais e pelo uso de tecnologias educacionais. No entanto, tanto discentes quanto docentes destacaram desafios relacionados à infraestrutura, acessibilidade e ao suporte contínuo ao estudante, sugerindo que a articulação entre teoria e prática pode ser mais eficiente. As altas taxas de evasão e cancelamento evidenciam a necessidade de ações específicas para melhorar a retenção de alunos e oferecer uma experiência de ensino mais estável e estruturada.

Embora a pesquisa tenha sido conduzida com base nas percepções de um número limitado de discentes e docentes, que podem não representar toda a diversidade de experiências dentro do curso, as conclusões fornecem *insights* importantes sobre as áreas que necessitam de atenção.

A análise dos dados de evasão e retenção, limitada ao período de 2013 a 2023, não abordou profundamente fatores externos que poderiam ter impactado essas taxas, como questões econômicas ou mudanças nas políticas educacionais. Além disso, a pesquisa não explorou as experiências de alunos em diferentes polos de ensino a distância, o que poderia fornecer uma visão mais detalhada sobre as variações regionais.

Para estudos futuros, sugere-se uma investigação mais aprofundada dos fatores externos que influenciam as taxas de evasão e retenção, além de um estudo sobre como as diferentes modalidades de suporte acadêmico, tanto virtual quanto presencial, impactam a experiência dos alunos em diversos contextos regionais. Também seria relevante analisar a eficácia das políticas de incentivo à permanência no curso e desenvolver estratégias para promover o engajamento ativo dos discentes, especialmente em atividades como fóruns e debates. Outra sugestão seria realizar uma análise comparativa entre os cursos de Administração Pública – EAD em diferentes regiões do Brasil, com o objetivo de identificar as melhores práticas e adaptar as estratégias pedagógicas às particularidades locais.

Quando comparamos a EAD no Brasil com outros países, é possível notar que existem semelhanças e divergências, pois no que se refere ao trato com as TIC's e acesso a internet móvel, o Brasil ainda tem muito a melhorar, contudo, quando nos referimos ao uso desmedido dessas destas tecnologias, encontramos problemas similares, docentes e discentes extenuados, passíveis de problemas de saúde em função do uso exacerbado de tecnologias.

Já no tocante aos cursos a distância, também é possível notar, daí baseando-se agora em experiência de causa, assim como as tecnologias, o modal dos cursos que são ministrados a

distância, também precisam acompanhar essa evolução, mesmo sabendo que no que se refere aos cursos EAD ofertados por instituições públicas, existem gargalos relacionados a todo um desenho estrutural que não permitem que essas atualizações ocorram de maneira natural, trazendo como consequência várias distorções vistas ao longo do curso, como altos índices de evasão, docentes e discentes desmotivados, baixa taxa de conclusão de curso, altas taxas de abandono, ou seja, tudo isso financiado pelo erário, pago por cada contribuinte que continuará à mercê, referindo-se ao curso de Administração Pública, gestores despreparados, sem perícia e sem as competências mínimas necessárias para atender aos princípios da Administração Pública, deixando cada vez mais evidente, que tais princípios pouco conseguem ser aplicados, promovendo prejuízos descomunais para o país.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. R. DE. A assistência estudantil como estratégia de combate à evasão e retenção nas universidades federais: um recorte do semiárido potiguar. *Sustainability (Switzerland)*, v. 11, n. 1, p. 1–14, 2019.
- ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. *Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância*, v. 10, n. 21, 2011.
- ANDRADE, C. M. C. P. EAD na formação de professores de inglês: distanciamentos e aproximações. *Braz Dent J.*, v. 33, n. 1, p. 1–12, 2022.
- BARBOSA, M. D. O. Interferência da tecnologia na educação superior: importância crescente do ensino a distância na difusão do conhecimento. p. 55–76, 2014.
- BRASIL. Decreto Nº 9057/2017. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm
- BRASIL. Fórum da Estatais pela Educação: Universidade Aberta do Brasil. <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=3453:sp-1979750871>, acesso em 05.12.24, às 09h43.
- BRASIL. Decreto Nº 5.800, de 08 de Junho de 2006. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm, acesso em 05.12.24, às 10h27.
- BRASIL. Lei Nº 11.502, de 11 de Julho de 2007. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111502.htm, acesso em 05.12.24, 11h00.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394/96. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm. Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Referenciais de Qualidade para Educação Superior à distância*. Brasília, DF, ago. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024*. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 20 out. 2024.

CARDOSO, J. C. As mulheres na educação de jovens e adultos: do direito aos desafios da (re)inserção e permanência e sua influência no trabalho. *Revista Educação Saúde & Meio Ambiente*, v. 2, n. 6, p. 151–164, 2019.

CARDOSO, J. A.; CORRÊA, A. M. A formação em administração pública à distância: um estudo sobre a Universidade Aberta do Brasil. *Revista Gestão Pública: Práticas e Desafios*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 102-121, 2020.

CAVALCANTI, S. R. Formação de gestores públicos em EAD: desafios e oportunidades na UFPB. *Cadernos de Administração Pública*, João Pessoa, v. 3, p. 60-75, 2017. GOMEZ-GOMEZ, Marta et al. Evolución de la percepción de la competencia digital en la formación universitaria del profesorado tras la enseñanza remota de emergencia. **Rev. Port. de Educação**, Braga, v. 37, n. 1, e24016, jun. 2024. Disponível em <http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-91872024000100216&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 dez. 2024. Epub 13-Jun-2024. <https://doi.org/10.21814/rpe.29708>.

FERNANDES, SM; HENN, LG; KIST, LB Ensino a distância no Brasil: alguns apontamentos. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 1, pág. e21911551, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i1.1551. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1551>. Acesso em: 7 dez. 2024.

SEAD. <https://www.sead.ufpb.br/sead/contents/paginas/uab-1/uab#AncoraUab>. Acesso em 19.11.24 às 02h38.

UFSC. Bacharelado em administração Pública da UFSC. Acesso em 23/11/24 às 17h29.
<https://antigo.uab.ufsc.br/administracaopublica/>
UFSC. Matriz curricular. <https://antigo.uab.ufsc.br/administracaopublica/matriz-curricular/>
UFSC. Currículo do Curso BAP – UFSC. Acessado em 23/11/24 às 17h56.
[https://antigo.uab.ufsc.br/administracaopublica//files/2016/04/CURRICULO_EAD_UAB -
ADMINISTRA%C3%87%C3%83O_P%C3%9ABLICA_20171.pdf.pdf](https://antigo.uab.ufsc.br/administracaopublica//files/2016/04/CURRICULO_EAD_UAB_-_ADMINISTRA%C3%87%C3%83O_P%C3%9ABLICA_20171.pdf.pdf)
IFBA. [https://portal.ifba.edu.br/ilheus/cursos/graduacao/bacharelado-em-administracao-
publica](https://portal.ifba.edu.br/ilheus/cursos/graduacao/bacharelado-em-administracao-publica)

CIFTCI, S. K.; GOK, R.; KARADAG, E. Acceptance and use of the distance education systems of Turkish medical educators during COVID-19 pandemic: an analysis of contextual factors with the UTAUT2. *BMC Medical Education*, v. 23, n. 1, p. 36, 18 jan. 2023.

CRUZ, V. M. DE A. C. O ensino médio integrado à educação profissional nas escolas técnicas do estado de Pernambuco (Brasil): as práticas de gestão aliadas à efetivação do currículo. [s.l: s.n.].

GALTER, E. C. D. M. A formação continuada de professores da rede municipal de ensino de Curitiba para a inclusão escolar de alunos com transtorno do espectro autista. p. 1–23, 2016.

GENTIL, V. K. Expansão, interiorização e democratização de acesso a educação superior pública: o caso da Unipampa. 2017.

GONÇALVES, P. A.; ARAÚJO, M. O. O impacto da educação a distância no desenvolvimento regional: uma análise do curso de Administração Pública da UFPB. *Revista Eletrônica de Gestão Educacional*, v. 4, p. 212-230, 2021.

HORIZONTE, B.; GERAIS, M. Inteligência artificial no ensino-aprendizagem de línguas. 2024.

JUG DOŠLER, A.; STANEK ZIDARIČ, T.; SKUBIC, M. Challenges of distance education: how to manage the pedagogical process of project-based learning. *Innovations in Education and Teaching International*, v. 00, n. 00, p. 1–13, 9 nov. 2023.

JUNIOR, E. D. Novos horizontes no ensino de história: desafios, tecnologias e a criação de um MOOC. 2024.

KUO, Y.-C. et al. The influence of distance education and peer self-regulated learning mechanism on learning effectiveness, motivation, self-efficacy, reflective ability, and cognitive load. *Sustainability*, v. 15, n. 5, p. 4501, 2 mar. 2023.

LEAL, T. M. A. Desafios e possibilidades do ensino a distância no Tocantins: um estudo do curso de Administração Pública a distância da UFT. *Revista Observatório*, v. 5, n. 3, p. 85–117, 2019.

LIMA, E. L. DE. Democratização do ensino superior: o que nos diz o caso de Santana de Mangueira – PB? [s.l: s.n.].

LIMA, S. C.; CAPELLE, M. L. Políticas públicas e inclusão educacional: uma análise da expansão da EAD no Brasil. *Revista Brasileira de Políticas Educacionais*, Brasília, v. 1, p. 87-105, 2018.

LIU, X. Trends in informatization of electronic music composition data in the context of distance education. *ICST Transactions on Scalable Information Systems*, v. 10, n. 6, 5 set. 2023.

MARYNCHENKO, H. et al. Distance education in the conditions of martial law in institutions of higher education: development and practice. *Eduweb*, v. 16, n. 3, p. 79–90, 28 set. 2022.

NASCIMENTO, F. DOS S. Expansão e interiorização das universidades federais: uma análise do processo de implementação do Campus do Litoral Norte da Universidade Federal da Paraíba. [s.l: s.n.].

NURPEISOVA, A. et al. Research on the development of a proctoring system for conducting online exams in Kazakhstan. *Computation*, v. 11, n. 6, p. 120, 19 jun. 2023.

PALANCI, A.; YILMAZ, R. M.; TURAN, Z. Learning analytics in distance education: a systematic review study. *Education and Information Technologies*, p. 2024, 14 maio 2024.

PRADO, M. E. B.; VALENTE, J. A. A formação de professores para a educação a distância. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 2, p. 269-280, 2002.

RIBEIRO, A. S. A. Adoção dos princípios da administração pública gerencial em estados brasileiros. *Applied Microbiology and Biotechnology*. [s.l: s.n.].

RODRÍGUEZ-VILLALOBOS, M.; FERNANDEZ-GARZA, J.; HEREDIA-ESCORZA, Y. Monitoring methods and student performance in distance education exams. *The International Journal of Information and Learning Technology*, v. 40, n. 2, p. 164–176, 17 mar. 2023.

ŞAHİN, Y.; KULAKLI, A. Evaluation of open and distance education websites: a hybrid multi-criteria decision-making approach. *Systems*, v. 11, n. 2, p. 58, 21 jan. 2023.

SEGBENYA, M. et al. Online teaching intention among distance education course tutors: modelling the effects of human resource factors and moderating role of gender. *Computers in Human Behavior Reports*, v. 13, n. February, p. 100380, mar. 2024.

SILVA, J. R. S. DA. Análise da produção científica dos egressos do mestrado profissional em políticas públicas e gestão da educação superior (POLEDUC): contributos para a gestão universitária. *Braz Dent J.*, v. 33, n. 1, p. 1–12, 2022a.

SILVA, M. L. DA. A política de assistência estudantil no contexto de expansão do ensino superior: as particularidades do programa de pós-graduação em serviço social da UFRN. *Экономика Региона*, p. 1–11, 2012.

SILVA, R. F.; ALMEIDA, J. R. Desafios da gestão educacional na EAD: um estudo de caso em instituições públicas. *Revista Brasileira de Educação a Distância*, Brasília, v. 1, p. 45-60, 2019.

SILVA, M. A. L. S. Trabalho docente, ensino remoto emergencial e políticas educacionais no município de Três Lagoas/MS. 2022b.

TEANE, FM. Experiências de alunos e professores com o ensino à distância aberto transformado digitalmente no nível de ensino superior. **S. Afr. J. High. Educ.** , Stellenbosch , v. 38, n. 4, p. 283-299, ago. 2024 . Disponível em <http://www.scielo.org/za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1753-59132024000400015&lng=en&nrm=iso>. acesso em 07 dez. 2024. <http://dx.doi.org/10.20853/38-4-5432>.

UNIREDE, <https://www.aunirede.org.br/portal/quem-somos/historico/>, Acesso em 05/12/24, às 09h00.

VIEIRA, J. D. A. Qualidade da formação inicial de pedagogos: indicadores na visão de egressos. 2010.

WA da Silva, Conexão e conectividade dos acadêmicos do ensino superior público em Roraima: Desafios e necessidades para implementação das aulas remotas. Pg. 07. Acesso em: 05 dez.2024.

ZINCHENKO, V. et al. Perspectives of using VR to increase accessibility in distance education. *Eduweb*, v. 18, n. 2, p. 141–151, 30 jun. 2024.